

PAPÉL DO **PROFESSOR**

Jornal conjunto da ADUEL e Sindiprol
ANO 1 Edição Nº 1 - Maio/2009

ADUEL + SINDIPROL

UNIFICAÇÃO

Ilustração: Carlos Carcará



A eleição da Chapa "Unifica a Ação", em novembro do ano passado, marcou o início de uma nova era na gestão do Sindiprol. Esta diretoria representa a unificação das forças do Sindicato com a ADUEL, tornando conjuntas as decisões e atividades desenvolvidas por uma única entidade em defesa dos interesses dos professores. Na prática, a união agora só depende de formalidades jurídicas, que já estão encaminhadas, pois a comunicação das entidades é conjunta neste jornal e no site, que a ADUEL e o Sindiprol em breve colocarão à disposição dos associados na rede mundial de computadores.

Seja bem-vindo a este novo momento na história de nossa organização. Boa Leitura!

CONTATO

**Reitor da UEL
recebe diretores
do Sindicato**

Pág. 3

INTERVENÇÃO

**Ingerência do Governo do Estado
prejudica viagens a trabalho no exterior**

Págs. 6 e 7.

POLÊMICA

**A respeito
da Educação
à Distância**

Pág. 5

EDITORIAL

O Papel do Professor

Um novo jornal. Um nome antigo. O **PAPEL DO PROFESSOR**, que começa a circular a partir de hoje, é uma proposta de um novo jornal, o canal de comunicação da Aduel e do Sindiprol com a categoria docente. O nome não é novidade. É uma homenagem ao jornal feito em conjunto pelas nossas entidades e que circulou quando Aduel e Sindiprol atuavam de forma unificada em defesa dos docentes.

A unificação política de nossas entidades é um compromisso e uma prioridade para as diretorias da Aduel e do Sindiprol, e a comunicação unificada é parte deste processo. É a unificação acontecendo na prática.

O **PAPEL DO PROFESSOR** não será apenas mais um jornal, muito menos um "jornal de sindicato". Nosso compromisso é fazer da

comunicação uma via de mão dupla. As informações das entidades de um lado e as críticas, cobranças e opiniões da categoria do outro. Mais do que isso, o jornal abre um espaço para artigos e reportagens sobre o trabalho dos docentes e seus projetos, além de artigos opinativos sobre assuntos relevantes. Evidentemente, com amplo espaço para o debate e o contraditório.

Nesta edição apresentamos o processo de unificação e uma reportagem sobre as dificuldades que os professores enfrentam quando precisam participar de eventos no exterior. No espaço para opinião temos um artigo sobre a Educação à Distância, que deve ser o primeiro de uma série, já que o tema é bastante polêmico.

O nosso canal de comunicação é o endereço eletrônico do jornal: papeldoprofessor@unifica.org.br

Contamos com sua colaboração.



Comunidade Universitária continua em estado de greve



O Jornal **PAPEL DO PROFESSOR** volta a circular, marcando a unificação das entidades

EXPEDIENTE

PAPEL DO PROFESSOR é uma publicação conjunta do Sindiprol (Sindicato dos Professores de Londrina) e da ADUEL (Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina). Edição mensal. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o posicionamento das entidades.

Contatos: (43) 3324-3995, 3328 4549 ou pelo
E-mail: papeldoprofessor@unifica.org.br

Diretor-responsável: Ayoub Ayoub. Jorn. Responsável: Armando Duarte Jr. - MTb.: (2.495). Ilustrações em xilogravura: Carlos Carcará. Impressão: Folha de Londrina. Tiragem: 3 mil exemplares.



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Rodovia Celso Garcia Cid
Pr 445 - Km 380 - Campus Universitário
Cx. Postal: 6001 - CEP: 86051-990 - Londrina - PR
Fone/Fax: (43) 3328 4549
E-mail: aduel@sercomtel.com.br

DIRETORIA

Presidente: Sílvia Alapanian - CESA
Vice Presidente: Elza Margarida de Mendonça Peixoto - CEFE
Secretaria Geral: Andréa Pires Rocha - CESA
Primeiro Secretário: Alcides Vergara - CCB
Tesoureiro Geral: Nilson Magagnin Filho - CTU
Primeiro Tesoureiro: Evaristo Emigdio Colmán Duarte - CESA
Diretor de Comunicação e Imprensa: Luiz Carlos Jabur Gaziri - CCB



SINDICATO DOS PROFESSORES DE LONDRINA
Praça La Salle nº 83 - Jd. Canadá - CEP: 86020-510.
Fone: 3324-3995.
E-mail: sindiprol@sercomtel.com.br

DIRETORIA - EFETIVOS

Presidente: Sinival Osório Pitaguari - CESA-ECO
Vice-residente: Edmilson Lenardão - CECA-EDU
1º Secretário: Sílvia Alapanian - CESA-SER
2º Secretário: Ileizi Luciana Fiorelli Silva - CCH-SOC
1º Tesoureiro: Airton Nozawa - CCE-GEO
2º Tesoureiro: Nilson Magagnin Filho - CTU-EST
Dir. de Comunicação: Ayoub Hanna Ayoub - CECA-NIC

DIRETORIA - SUPLENTES

1º Suplente: Elza M. de Mendonça Peixoto - CEFE-EMH
2º Suplente: Alcides Jose Sanches Vergara - CCB-PSI
3º Suplente: João Batista Martins - CCB-PSI
4º Suplente: Luiz F. Fontoura Bopp - CCS-PCP
5º Suplente: Evaristo E. Colmán Duarte - CESA-SER
6º Suplente: Maria Dora Ruy - Aposentada
7º Suplente: José Luiz Silveira Baldy - Aposentado

CONSELHO FISCAL - Efetivos

Otávio Jorge Grigoli Abi Saab - CCA-AGRO
Vanerli Beloti - CCA-DMVP
Andrea Pires Rocha - CESA-SER
Ricardo Ralisch - CCA-AGRO - *suplente*

SINDIPROL/ADUEL

Unificação fortalece a categoria

Ilustração: Carlos Carcará

Evaristo E. Colmán Duarte

A eleição da chapa “Unifica a Ação” para a direção do Sindiprol expressa o amplo apoio da categoria para a efetivação da decisão repetidamente tomada em assembleias desde há pelo menos 10 anos. A frente formada pelos docentes mais comprometidos com a organização dos professores é, na sua diversidade política, a manifestação do amadurecimento desta exigência evidente a todo e qualquer trabalhador: a unidade. O quorum expressivo de apoio na primeira votação a esta proposta, que atingiu 91,32% sobre um total de 507 docentes votantes, ratifica a decisão dos professores da UEL de ter uma única representação.

Abre-se agora o processo para superar uma situação que devia ser apenas provisória, pois, a existência de uma associação docente e um sindicato foi o resultado das restrições à sindicalização imposta pela ditadura militar aos servidores públicos. Restrição abalada pelos grandes movimentos operários do

Manter a dupla representação por mais tempo, na prática significará enfraquecer a categoria docente

ABC paulista no final da década de 1970 e que culminou com a fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983.

A criação de uma associação docente foi a forma encontrada, de início pelos docentes do Hospital Universitário, e posteriormente estendido a todos, para organizar a defesa dos interesses coletivos da categoria. Quando foi possível a criação do Sindicato, que abarcava também em sua base os docentes das escolas particulares, ambas conviveram numa espécie de tática “divisão do trabalho”, mas, unificadamente em defesa da

mesma finalidade: o interesse da categoria.

A diversificação de finalidades começou depois da transformação de nossa condição para estatutários, durante o primeiro governo Requião, no final de 1992. Com esta mudança, perdeu-se o direito que a CLT garantia de negociar periodicamente os salários e, em caso de não haver acordo, o dissídio na Justiça do Trabalho. Aquela era uma situação que mantinha a coesão da categoria com o seu Sindicato e resultava num outro nível de mobilização em torno da defesa do interesse comum. Com a transformação dos docentes em funcionários públicos perdeu-se aquele instrumento e, de outra parte, até hoje o Estado do Paraná não cumpriu a sua obrigação constitucional de regulamentar a reposição anual dos salários.

Foi só a partir de 2000 que se retomou a mobilização coletiva dos docentes em defesa do salário e da autonomia universitária, comprometida pelas tentativas privatizantes do governo Lerner. Mas, nestas mobilizações e nas posteriores já se evidenciou a diferenciação da orientação entre as representações, pois, se de um lado continuava se defendendo a necessidade da mobilização e unificação estadual pela reposição salarial e autonomia universitária, do outro, a atividade sindical era direcionada por ambições particulares, que posteriormente se materializaram em candidatura para a reitoria.

Manter a dupla representação por mais tempo, na prática significará enfraquecer a categoria docente diante do Governo e diante dos ataques à democracia dentro da própria UEL. A unificação das entidades representativas será um estímulo para a sindicalização e integração

ao movimento de centenas de docentes que ingressaram há pouco tempo na UEL e que hoje não participam porque o seu Sindicato e sua associação não aparecem como um instrumento adequado para representá-los. Ao mesmo tempo, a unificação permitirá concentrar forças e utilizar a atividade daqueles docentes que se dispõem a sacrificar seu tempo e energia para organizar categoria.

Outra importante consequência da unificação será a potenciação do peso político dos docentes da mais importante universidade estadual no plano da política interna da própria UEL e no âmbito do movimento estadual. A categoria dos docentes não pode deixar de intervir e se manifestar sobre os problemas que afetam a UEL, tais como as restrições à autonomia universitária toleradas pela reitoria, o comprometimento do normal funcionamento das instâncias superiores de deliberação e outras. No plano estadual, a unificação permitirá superar a condição de subalternidade à que foi relegada a representação da UEL nos últimos anos.

A fusão da ADUEL e do Sindiprol numa única entidade, não significará a anulação de nenhuma das duas, mas, o resgate das melhores qualidades que caracterizaram ambas ao longo do tempo. Todas as lutas sindicais e políticas dos docentes da UEL tiveram as duas como protagonistas e por isso, apesar das dificuldades atuais, continuam sendo a referência quando se pensa nos docentes da UEL como um coletivo.

A atual direção do Sindicato, junto com a da ADUEL, já deu alguns passos concretos em direção a unificação. Além de deliberar coletivamente sobre diversos assuntos, as diretorias encaminharam ações conjuntas perante a Reitoria e o Conselho de Administração (a interrupção do desconto indevido da Paraná Previdência, por exemplo), elaboração deste jornal conjunto e da página web da unificação. Também já foi contratado um escritório de advocacia para assessorar todo o processo de fusão das duas entidades. Em breve, será convocada assembleia conjunta para deliberar procedimentos específicos e debater outras questões de interesse comum.



Evaristo E. Colmán Duarte é diretor do Sindiprol e professor do Departamento de Serviço Social da UEL.

PRIMEIRO CONTATO

Reitor recebe diretores do Sindicato

Após um breve período sem dar resposta às solicitações verbais da nova diretoria do Sindiprol, no sentido de iniciar debates a respeito de assuntos dos interesses dos professores, o reitor da UEL, Wilmar Sachetini Marçal, recebeu no dia 7 de abril, em seu Gabinete, o presidente do Sindicato, Sinival Pitaguari, e os diretores Edmilson Lenardão, Silvia Alapanian e Nilson Magagnin Filho.

Esta audiência só foi agendada após o envio de ofício à Reitoria para oficializar o pedido feito pela diretoria do Sindiprol logo após a posse, em dezembro. Além do reitor, também participou da discussão o pró-reitor de Recursos Humanos, Fabio César Martins.

Segundo a diretora Silvia Alapanian, o objetivo deste primeiro contato foi apresentar a nova diretoria do Sindicato e também cobrar respostas referentes a alguns ofícios já encaminhados pela Diretoria e ainda não respondidos pela Reitoria. Um deles, datado de janeiro, solicitava a liberação de diretores do Sindicato, prerrogativa esta que é prevista na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e também em Lei Estadual. Sobre esta questão, o reitor se prontificou a autorizar a liberação dos dirigentes sindicais e chegou até a assinar a portaria de liberação neste sentido, mas não determinou a substituição dos professores em seus respectivos Departamentos.

“Isto está impedindo a efetiva liberação de nossos diretores, que não podem simplesmente deixar turmas descobertas e prejudicar colegas e os estudantes”, observa Silvia.

Reajustes salariais

Outro ofício, também datado de janeiro, solicitava à Pró-Reitoria de Recursos Humanos acesso às tabelas salariais oficiais, com os respectivos reajustes e legislação que os embasaram, para subsidiar os estudos da Comissão Salarial. Neste caso, o Reitor e o Pró-Reitor presentes, se prontificaram a subsidiar com os dados necessários os estudos da Comissão.

ParanáPrevidência

A redução do desconto de 14% da contribuição para a ParanáPrevidência nos salários dos professores que não são filiados ao Sindiprol e à ADUEL foi outro assunto discutido na audiência do último dia 7 de abril com a Reitoria. As diretorias das duas entidades solicitaram, por ofício, que a administração da UEL estendesse os efeitos das liminares obtidas pelas entidades para todos os professores, independente de estarem ou não filiados. A reitoria alegou que está aguardando parecer da assessoria jurídica para depois tomar um posicionamento a respeito.

Enquanto isso, os professores que não foram contemplados pelas liminares ficarão no aguardo de uma decisão da reitoria.

CA x bancos

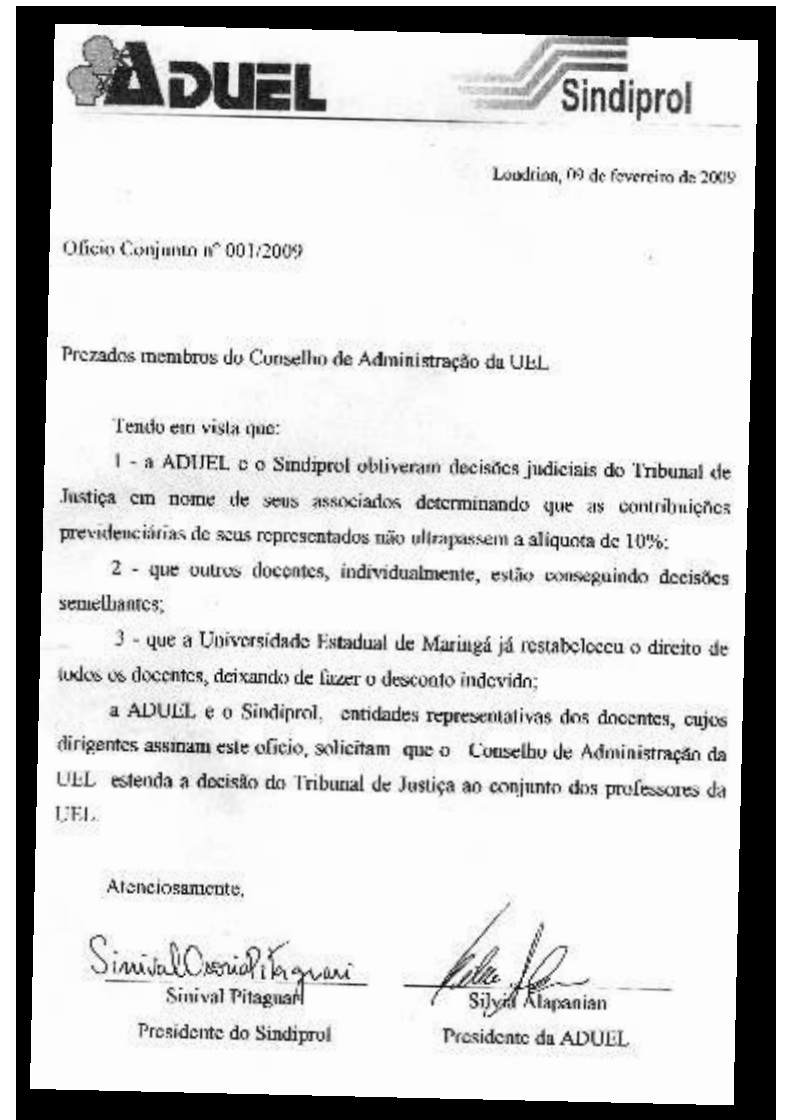
Outro assunto tratado diz respeito ao ofício conjunto Aduel/Sindiprol, que solicita ao Conselho de Administração posicionamento sobre algumas questões, como a instalação de agências bancárias no Campus, no sentido de tornar mais ampla a discussão, encaminhando-as às instâncias

colegiadas da Universidade. Sobre isso, o reitor disse que as entidades têm toda liberdade para levantar esse tipo de questionamento e argumentou que é prerrogativa da Reitoria tomar essas decisões, no entanto, afirmou que poderia remeter o assunto específico dos bancos ao Conselho de Administração por uma liberalidade dele.

Viagens ao exterior

Os diretores do Sindiprol cobraram ainda da Reitoria um posicionamento diante da decisão do governador Roberto Requião, de barrar viagens de professores ao exterior para participar de eventos, e também sobre a liminar obtida pelo Andes Sindicato impedindo o Governador de interferir neste assunto. Wilmar disse que os reitores das demais instituições públicas de Ensino Superior do Estado já solicitaram a Requião autonomia para deliberar sobre estas questões.

Na avaliação de Silvia Alapanian, a reunião com o reitor foi importante para obter algumas respostas sobre questões pendentes. “Ele foi muito atencioso conosco,



porém, como dirigentes sindicais esperamos que ele solucione de forma eficiente e

com urgência os problemas levantados pelo Sindicato”, finaliza a diretora.

E pede ajuda para resolver outros problemas

Na reunião entre diretores do Sindiprol e o reitor, realizada no dia 7 de abril, após os dirigentes sindicais terem discutido as pendências que foram objeto de ofícios não respondidos até então, o reitor Wilmar Marçal solicitou ajuda do Sindicato para pressionar os organismos

governamentais no sentido de solucionar alguns problemas, tais como a questão da Gratificação de Saúde para os professores do HU, o aumento dos valores das Funções Gratificadas e Cargos Comissionados e a realização de concurso público para servidores da UEL.

A Diretoria do Sindiprol respondeu que entende a necessidade de solução para os problemas levantados pelo reitor. “Também colocamos para o reitor que essa solução deve estar no bojo de uma reforma administrativa que unifique esses critérios para as Instituições de Ensino Superior do Paraná, relata Sinival Pitaguari.

OPINIÃO

A respeito da Educação à Distância

Ilustração: Carlos Carcará

Maria Luiza Macedo Abbud

Pensar a respeito das implicações de adotar modalidades de educação não presencial na Universidade exige cautela e bom senso. A questão não é fácil e envolve mais aspectos do que se pode suspeitar à primeira vista. Nesta provocação vou apresentar alguns aspectos, que certamente podem ser aprofundados, contestados, acrescidos de novos elementos, desde que seja aberta a discussão.

Partindo da premissa que são inegáveis as contribuições das novas tecnologias para o mundo atual e para a disseminação das informações, temos que considerar que também são inegáveis os problemas que elas acarretam. Se por um lado temos a ampliação do acesso às informações, por outro há que se considerar que tais informações estão, mais que nunca, sob controle de uns poucos grupos e/ou instituições. Tais informações podem ser utilizados a serviço do bem comum, assim como a serviço de interesses particulares e restritos.

No caso específico dos sistemas de educação escolar, a consequência do entusiasmo



ocupa parcela significativa da vida de todos, mesmo daqueles que não têm possibilidade de acesso direto às novas tecnologias de disseminação de informações.

Tal condição implica exigências mais complexas para os sistemas de ensino, com especial destaque para as universidades e, entre estas, para as universidades públicas que mantidas com verbas estatais, representam um bem de domínio coletivo da população. Como compreender esse compromisso e essa responsabilidade? Se compreendermos nossa função como a produção de conhecimentos e sua divulgação, será que temos o direito de iniciar um processo que pode limitar conhecimento à informação? Tais condições terão sido analisadas no processo de decisão que autoriza a Universidade Estadual de Londrina a oferecer cursos na modalidade à distância? Parece que estas análises, se foram feitas, ficaram em âmbitos bastante restritos, à semelhança de outras decisões importantes que têm sido tomadas nesta e em outras universidades brasileiras.

Ainda, cabe-nos perguntar a quem de fato interessa o ensino a distância na formação profissional inicial dos cursos de graduação. Qual será a compreensão que temos de formação profissional? Basta instrumentalizar o graduando com um conjunto de informações da área? Os docentes da universidade que são professores, o

aqueles que atuam e interagem com seus alunos, não desconhecem que o processo de formação depende tanto de um conjunto de informações, que geram conhecimentos, quanto dos processos de interação que se estabelecem no percurso da formação.

É argumento falacioso afirmar que como existem maus professores e cursos de baixa qualidade, isso pode ser compensado por mais informação “agilizada” pelo uso da informática. Na linguagem popular, significa “trocar seis por meia dúzia”.

É também falacioso o argumento que defende a democratização da universidade pela utilização do ensino não presencial. Parcela significativa dos estudantes das universidades não tem computadores pessoais, sequer a própria universidade dispõe de equipamento suficiente para atender as exigências mínimas de seus cursos, professores e sistema administrativo. Se podemos supor que a maior parte dos professores tem seu computador e utiliza a informática como ferramenta de trabalho, isso, quase com certeza é feito às custas próprias e não por condições oferecidas pela instituição. Então, como propor que a modalidade a distância torne-se uma prática corriqueira?

Como serão levantados recursos para compra e instalação do suporte necessário? Parcerias com a iniciativa privada? Qual o interesse da iniciativa privada ao estabelecer essa parceria? Quais as condições dessa parceria? Ao autorizar o funcionamento de cursos à distância parece que as instâncias superiores deixaram-se seduzir pelos ares de modernidade e avanço que tal proposta traz implícita, minimizando, talvez, os desdobramentos decorrentes.

Parece ainda, que deixaram de considerar que, em última instância a defesa da educação a distância implica em mudança radical na universidade como a conhecemos hoje. A distância de 250km, 1000 km, 1500 km ou 10.000 km não fazem a menor diferença no mundo da informática. Mesmo sendo inevitável a constatação de inúmeros problemas e desacertos da universidade brasileira como um todo, ainda cabe perguntar se todos percebemos seu significado quanto à manutenção do ensino superior universitário, associado à pesquisa e extensão. Não estaremos nos encaminhando para pouquíssimas instituições, as chamadas “de excelência” e a conseqüente extinção das não tão excelentes? Podemos achar que é uma sábia decisão e trabalhar nesse sentido, desde que tenhamos clareza quanto à opção.”

O acesso à informação não gera, necessariamente, maior conhecimento a respeito da realidade

ingênuo com as novas tecnologias vem resultando em entendimento precário do que seja conhecimento, confundindo-o com informação. O acesso à informação não gera, necessariamente, maior conhecimento a respeito da realidade. A propósito, um parêntese a respeito deste termo: realidade. De que estamos falando? No mundo virtual qual é a realidade existente? Quantas realidades podemos criar? Em que espaço desta realidade virtual cabe o ser humano concreto, com sua vida cotidiana, com seus saberes e conhecimentos?

De qualquer forma, as novas tecnologias, entre elas a informática, está presente no nosso cotidiano e

Maria Luiza Macedo Abbud é professora Doutora do Departamento de Educação da UEL.

ABUSO DE PODER

Medidas do Governo do Estado viagens de professores

Professores da UEL viveram neste início de 2009 um verdadeiro terror em função dos efeitos provocados pelo Decreto nº 5098/2005 e a Resolução nº 30/05, do Governo do Estado, que interferiu nos pedidos de licença para participar de Congressos e outros eventos no exterior. Nivelando os docentes com os demais servidores públicos estaduais, que não necessitam obrigatoriamente se ausentar do País por motivos de trabalho, Governo do Estado agiu de diversas maneiras para impedir viagens, negando liberações até mesmo de professores que já haviam recebido recursos da Capes e da Fundação Araucária, evitando custos para os cofres do Estado.

Para combater essa ingerência na UEL e demais instituições de ensino público estaduais, o Andes Sindicato Nacional ingressou na Justiça e conseguiu no dia 18 de março deste ano liminar, através da Ação Civil Pública nº 1603/2008, que tramitou na 2ª Vara da Fazenda de Curitiba, impedindo que o Governo do Estado do Paraná julgue qualquer requerimento de docente pedindo afastamento por motivo de viagem de estudos. Na ação, o Andes requereu e foi atendido pela Justiça, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto Estadual nº 5098/2005 e da Resolução nº 30/05.

Apesar da liminar ter sido concedida no início de abril,

nove professores do Departamento de Geociências da UEL não tiveram seus pedidos de licença aprovados para participar do X Congresso de Geógrafos da América Latina, realizado entre os dias 3 e 7 de abril em Montevidéu, no Uruguai. O evento teve a participação de cerca de 4 mil pessoas, sendo a maioria brasileiros, entre estudantes e professores.

Mesmo sem terem conseguido a liberação para participar do Congresso no Uruguai, oito professores do Departamento de Geociências da UEL pediram férias e estiveram presentes, arcando com dinheiro do próprio bolso despesas com transporte, alimentação e hospedagem.



“Isso foi uma ingerência na UEL. Nós não fomos

A professora do Departamento de Geociências da UEL, Marcia Siqueira de Carvalho, foi uma das vítimas da ingerência do Governo do Estado na liberação de docentes para participar de eventos no exterior. Com títulos de Doutorado e Pós-doutorado na área, ela participou do X Congresso de Geólogos da América Latina com recursos próprios, onde apresentou um trabalho sobre a “Violência urbana em Londrina”.

Segundo a professora, sua participação no Congresso, assim como de outros docentes do Departamento de Geociências da UEL, foi buscada em edital aberto pela Fundação Araucária em maio de 2008. “Cumprimos os prazos com antecedência para que todos os professores tivessem

tempo para preparar os trabalhos caso os valores das despesas fossem aprovados”, relata Marcia.

Cumpridas as formalidades, os professores da UEL conseguiram os recursos para ir ao Uruguai, no entanto, no dia 19 de março deste ano o chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, Rafael Iatauro, orientou o arquivamento do processo de liberação dos docentes, alegando divergências nos valores solicitados para custear a participação no evento. No dia anterior, conforme consta nos autos da ação do Andes, o Governo do Estado havia sido notificado sobre os efeitos da liminar que o impedia de interferir em requerimentos referentes à liberação de

professores para participar de eventos no exterior.

Para a professora Marcia de Carvalho, o estranho é que tanto a UEL como a SETI (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) não tomaram providências para deferir a liberação dos professores, conforme determinou a Justiça na liminar obtida pelo Andes. No dia 27 de março, de acordo com a professora, o diretor geral da Seti, Jairo Pacheco, ex-docente da UEL, devolveu o processo requerendo a liberação dos docentes do Departamento de Geociências, orientando o arquivamento do mesmo.

“Isso foi uma ingerência na UEL. Nós não fomos passear lá”, declarou a professora,

informando que apresentou os custos da participação no X Congresso de Geólogos no Uruguai com base na variação do dólar em maio do ano passado e estada em hotel com diárias mais em conta, além de ter previsto a divisão do quarto com outra pessoa.

“Eu não peço mais. Prefiro pedir férias e participar dos Congressos por conta própria”, ressalta Marcia Siqueira de Carvalho. Na avaliação dela, o prejuízo disso não é só para o professor, mas também para os cursos de mestrado e para a própria Universidade, que não tem autonomia para dar ao seu corpo docente condições de ampliar seus conhecimentos e compartilhar idéias.



... mas entra governo e sai governo comprometendo a capacitação

Estado prejudicam s ao exterior



Os ataques à autonomia da UEL são combatidos há vários anos pelas entidades...

nos passear”



...sai governo essa prática se repete, a capacitação do corpo docente

Viagens para fazer doutorado e apresentar trabalhos são nossas atribuições”

A frase acima resume a posição do professor José Paulo Pinese, coordenador do curso de mestrado em Geografia da UEL diante das medidas tomadas pelo Governo do Estado para interferir na participação de docentes em eventos no exterior. Pinese afirma que as viagens dos professores ao exterior fazem parte do trabalho da categoria, condicionada a uma busca contínua de aprimoramento dos conhecimentos e da produção de trabalhos.

Para ele, tanto o Decreto, como a Resolução do Governo do Estado que interferem na autonomia das universidades para definir os critérios de liberação dos docentes para participar de eventos internacionais contrariam essa política. “Ao negar para os professores o direito de viajar ao exterior eles estão tolhendo nossa formação, que é uma exigência constante na carreira docente”, avalia o coordenador.

De acordo com ele, uma das professoras do Departamento de Geociências da UEL, Eliane Tomiasi foi obrigada a pedir férias para participar do X Congresso de Geólogos da América Latina. Durante o evento, a professora apresentou trabalho e fez lançamento de livro do qual foi co-autora. “Ela tinha que estar presente neste

compromisso e foi a trabalho”, acrescenta Pinese, ressaltando que os professores da UEL foram convidados pelo comitê internacional de pesquisadores, que analisou seus projetos e os considerou importantes para o Congresso.

Na opinião de Pinese, apesar do Andes ter conseguido a liminar na Justiça, impedindo que o Governo do Estado interfira na questão das viagens, os reitores das universidades estaduais do Paraná deveriam ter chamado para si a atribuição de legislar a respeito dessas questões, exercendo um direito que está assegurado na Constituição Federal no que diz respeito à autonomia universitária.

“Os recursos já estavam liberados pela Capes e a Fundação Araucária. Também não haveria prejuízo para as atividades acadêmicas, pois quando os professores se ausentam para participar de eventos eles têm que antecipar ou depois repôr as aulas”, destaca Pinese, afirmando que o ônus dessa decisão do Governo do Estado acabou ficando mesmo com os professores, que sacrificaram as férias e usaram dinheiro do próprio bolso para participar do Congresso no Uruguai, elevando o nome da UEL e representando o Paraná num evento tão importante.

CARTA ABERTA AO MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Professor Wilmar,

Há tempos a comunidade universitária vem sofrendo os efeitos nocivos da legislação que regulamenta a viagem de docentes ao Exterior. São vários os prejuízos decorrentes das restrições que afrontam a autonomia universitária. Dentre os problemas posso apontar:

- trâmite excessivamente burocrático, com pedidos indeferidos sem justificativa;
- autorizações concedidas às vésperas das viagens, impedindo muitas vezes que estas sejam realizadas;
- obrigatoriedade no cumprimento do interstício de doze meses para viajar ao exterior;
- limitação de um docente por universidade estadual para participar de um mesmo evento científico internacional;
- inconsistência nas deliberações, tendo em vista que professores, em iguais condições, tiveram seus pedidos indeferidos e outros deferidos.

Creio que é chegada a hora de reagir e tentar mudar essa realidade.

Dois exemplos concretos podem servir de inspiração. O primeiro diz respeito à minha solicitação de autorização para viagem ao Exterior, protocolo 609/2007, de 12/01/2007, cujo processo nunca retornou a UEL. Qual o destino de tal documentação não se sabe. O gestor público também não sente necessidade de dar explicações sobre seu desaparecimento.

O outro é mais recente e diz respeito à minha solicitação para participação de reunião na Fundação Kettering, entidade com a qual interajo há mais de 11 anos, com grupo de pesquisa cadastrado no CNPq e projeto registrado na PROPPG. Particparei na próxima semana, graças a um pedido de férias, de uma reunião na qual apresentarei resultado de projeto que faz (ironicamente) uma reflexão sobre democracia na universidade. O pedido, que seguiu rigorosamente os trâmites, protocolado em 10 de janeiro de 2009, foi indeferido pelo senhor governador dia 18/02/2009, sem qualquer justificativa, o que impede o exercício do direito constitucional da ampla defesa.

Estranhamente, porém, uma colega que iria para o mesmo evento teve igual pedido deferido, apesar de sua solicitação ser posterior à minha. Em ambos os casos os custos seriam arcados pela própria Fundação.

Inconformada com a falta de critérios para concessão dessas licenças e a arbitrariedade da decisão mencionada, venho solicitar que a UEL se posicione a respeito.

Desde já, agradeço.

Atenciosamente,

Telma Nunes Gimenez
Professora Associada

Departamento de Letras Estrangeiras Modernas

DÍVIDA ANTIGA

Os soldados sem armas

Passada a euforia das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, registro aqui uma justa reivindicação ao governo japonês em benefício dos bravos imigrantes ainda vivos

Airton Nozawa

Uiti Yamaguchi, respeitado professor, sua esposa Hisa e três de seus quatro filhos, Hideki, Taniko e Massami, embarcaram no Japão pelo porto da cidade de Kobe, em agosto de 1929, com destino ao Brasil. A filha mais velha Kyiomi foi deixada pelos pais, pois a intenção era o retorno breve. Depois de 57 longos dias aportaram no Brasil, no porto de Santos, repletos de sonhos e ilusões. Saíram do Japão em busca de trabalho e dinheiro em terras desconhecidas, incentivados pelo governo do seu país, que na época passava por grandes dificuldades econômicas.

A viagem foi longa e sofrida, pois vieram em navio cargueiro, sem o mínimo conforto. Já durante a viagem começaram as manifestações dos sintomas de incompatibilidade alimentar. O que os encorajava era a

enriquecimento rápido em terras brasileiras, porém, mostrou-se um sonho quase impossível.

Além da baixa remuneração, eram descontados os custos das passagens, e eles obrigados a comprar mantimentos na fazenda que trabalhavam, muito provavelmente com preços majorados. As propagandas de incentivo à imigração divulgadas no Japão foram completamente diferentes; foram enganosas.

Depois de muito sofrimento e em pouco mais de dois anos após a chegada ao Brasil, Hisa, a mãe, morreu aos 37 anos por falta de adaptação aos hábitos alimentares, sanitários e culturais. “Voltaria voando se eu tivesse asas...” relata Taniko, ainda hoje, as palavras da sua mãe. Anos depois morre Uiti, o pai, após ser dominado por um profundo sentimento de culpa, muito provavelmente causado pelo peso do fardo que sempre carregou no Brasil: trouxe a família num país estranho e trocou uma vida difícil, porém controlada, por outra praticamente de escravidão. Também morreu cedo, aos 48 anos.

O filho e as duas filhas casaram-se, passaram por inúmeras dificuldades e mesmo assim criaram e educaram todos os filhos com dignidade. No Japão, Kyiomi, a filha que foi deixada, casou-se e teve um filho e logo cedo tornou-se uma das viúvas da Segunda Guerra Mundial. Da família Yamaguchi ainda hoje vivem Taniko, aos 90 anos, e Masami, aos 87 anos, com a saúde bastante debilitada. Este breve relato provavelmente se assemelha às histórias da maioria das famílias dos imigrantes, muitas vezes já documentadas e mostradas em livros, filmes, revistas e jornais.

esperança por dias melhores na nova terra, entretanto, não supunham a vida que os esperava. Na chegada, a adaptação foi muito difícil, tanto aos hábitos alimentares como aos sociais, culturais e trabalhistas. Com o passar do tempo, o dinheiro almejado e tão divulgado nas propagandas do Japão nunca sobrava, ao contrário, só acumulavam dívidas - a maioria dos imigrantes japoneses tinha a pretensão de enriquecer no Brasil e voltar ao Japão num prazo máximo de três anos. O



As famílias de imigrantes japoneses desembarcaram em Santos com o sonho do enriquecimento rápido

O enriquecimento rápido em terras brasileiras, porém, mostrou-se um sonho quase impossível

Airton Nozawa é diretor do Sindiprol e professor de Geografia da UEL.

A origem da imigração japonesa é datada a partir do final do século XIX, quando o Japão mergulhou numa crise demográfica, época em que ocorreu o fim do feudalismo e o início da mecanização da agricultura. A população do campo passou a migrar para as cidades, fugindo da pobreza e as oportunidades de emprego tornaram-se cada vez mais raras, surgindo então massas de trabalhadores rurais miseráveis. Em 1894, veio oficialmente ao Brasil o deputado Tadashi Nemoto em busca de informações que culminariam, um ano depois, na assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. A partir daí começou efetivamente a imigração japonesa ao Brasil. Após o período da Primeira Guerra

Mundial intensificou-se o grande fluxo migratório para o Brasil, incentivado pelo governo japonês, que via crescer a pobreza e o desemprego no país.

O governo japonês utilizou-se da imigração como a válvula de escape para abrandar a precária situação econômica da época. Todos os imigrantes saíram em busca da sobrevivência, perversamente embalados por propagandas enganosas das empresas que os transportavam e, muito provavelmente, com a conivência do governo japonês. Saíram de sua pátria e contribuíram para a redução da crise econômica da época, pois reduziram as bocas para serem alimentadas, aliviaram o sistema de saúde, aliviaram as escolas, aliviaram o desemprego e, por



O lendário Kasato Marú foi palco de uma viagem sofrida, sem conforto e distúrbios alimentares para seus passageiros

consequência, desoneraram o Estado. Contribuíram também efetivamente para a consolidação da nação japonesa.

Passaram-se os anos e o governo japonês nunca assistiu de forma concreta o seu legítimo povo, que teve de abandonar o país em busca da sobrevivência. Nunca foi ele efetivamente solidário aos problemas do seu povo distante. Na verdade, a solidariedade praticada na comunidade nipônica no Brasil sempre teve a iniciativa entre seus próprios membros. Por outro lado, o governo japonês participou e enviou representantes para as homenagens e atividades festivas da comemoração do Centenário da Imigração, em 2008. As homenagens dão visibilidade aos envolvidos. A lembrança da vida sofrida dos imigrantes, sempre exaltada pelo imperador japonês, emociona muitos, entretanto não interfere no seu cotidiano: não enche suas barrigas; não paga seus planos de saúde; não paga seus remédios; não paga suas despesas hospitalares e muito menos suas sepulturas.

Apesar do atual desenvolvimento social e econômico do Japão, o trato e o respeito do governo japonês para com os legítimos e sofridos patrícios parece que continuam como há mais de 100 anos, não evoluíram e quase nada foi feito. O tempo passou, o mundo se tornou um pouco mais sensível às questões humanitárias e a qualidade de vida no Japão melhorou. Mesmo com a crise, a população japonesa desfruta de ótimos índices de qualidade de vida. Gostaria muito que esse mesmo tratamento fosse estendido para os seus filhos ainda vivos, aqui no Brasil e fora dele. Assim como em 1894, sugiro também, agora, após mais de 100 anos, a visita de um ou mais deputados japoneses para averiguar as condições de vida precária que muitos imigrantes ainda levam. No Brasil e fora dele ainda existem muitos idosos remanescentes da imigração japonesa vivendo na pobreza e no abandono.

Sou filho de imigrantes, não serei polido, não terei a vergonha

de cobrar e nem a tradicional paciência oriental, como ainda têm os sofridos imigrantes. Demonstro aqui minha indignação ao ver uma nação, classificada como uma das mais ricas do planeta, que incentivou os seus filhos a abandonarem a sua pátria em crise e depois deixá-los desamparados em terras longínquas. Cabe lembrar aquele que aos soldados sobreviventes da Segunda Guerra Mundial isto não aconteceu.

Compreendo que os legítimos imigrantes, principalmente aqueles que saíram antes da Segunda Grande Guerra, por respeito à autoridade e às hierarquias, como lhes é peculiar na tradição de sua cultura, nunca fariam tal cobrança. Ainda há tempo para uma atitude digna por le o sofrimento de pessoas indefesas. Na verdade foram eles os soldados sem armas. Merecem, portanto, também serem tratados com a mesma dignidade, consideração, respeito e, principalmente, suporte financeiro, como os soldados. Não podemos ignorar que os atos de bravura e

patriotismo não são qualidades somente dos que participaram das guerras!

Retomando a história da família Yamaguchi, informo que Taniko é a minha querida mãe. É para ela, para todos os imigrantes ainda vivos e em homenagem aos que morreram que conclamo ao governo japonês para ter a dignidade de reconhecer a epopéia dos imigrantes, ainda que tardiamente, procurando retribuí-los efetivamente.

...o trato e o respeito do governo japonês para com os legítimos e sofridos patrícios parece como há mais de 100 anos, não evoluíram

Reitero da forma mais clara, direta e objetiva, para que seja oferecida urgentemente uma compensação pecuniária a todos os imigrantes. Será de grande valia para que desfrutem o restante de suas vidas com um pouco mais de conforto e reconhecimento. Para o governo japonês o único ônus será financeiro, com certeza imperceptível, mesmo em tempos de crise.

CONJUNTURA

A crise e o movimento dos professores

Evaristo E. Comán Duarte

O contexto político que o movimento docente deverá enfrentar no próximo período é determinado pela monumental crise que atinge a economia mundial. Segundo a Organização Mundial do Comércio, em 2009, esta sofrerá a pior contração desde 1945 e o retrocesso será de nove por cento no volume, devido aos efeitos da recessão mundial. A outra face da crise é o desemprego em massa. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) produziu o relatório “Global Employment Trends”. Nele, estima que a recessão global pode gerar em 2009, relativamente a 2007, um contingente adicional de desempregados entre 18 milhões e 30 milhões de pessoas, mas esse número pode chegar a 50 milhões caso o quadro continue se deteriorando.

No Brasil, onde devido ao crescimento dos últimos anos vinha se recuperando empregos, bastou o início da crise para que as demissões alcançassem

...o Governo acaba de anunciar que concederá 6% de reposição. Só resta saber quando.

proporções gigantescas. De acordo com o Ministério do Trabalho, só em dezembro perderam-se 655.000 postos de trabalho. Também caiu a taxa de crescimento da economia brasileira, que até setembro de 2008 era de 5,1% e despencou para 3,6 no último trimestre.

Diante do quadro catastrófico que os trabalhadores enfrentam, as centrais sindicais, principalmente a Força Sindical e a CUT, agem no sentido de aliviar a pressão e, ao invés de centralizar a mobilização nacional em defesa dos empregos, promovem a flexibilização, redução da

jornada, bancos de horas e outras formas de despejar os impactos da crise nas costas dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, reforça-se o papel das centrais nas “negociações” com o patronato e o governo, em troca do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e o repasse de milhões de reais do Imposto Sindical. No ano passado, foram arrecadados 56 milhões de reais para as centrais, dos quais, 35% para a CUT; 12% para a Força Sindical; 6,29 para a UGT; 6,27 para a Nova Central; 5,09% para a CTB e 5,02 para a CGTB.

A crise no Paraná

Em nosso Estado, a despeito da auto-suficiência alardeada pelo governador no início do ano, já começam a se manifestar os efeitos da crise sobre as finanças do Estado. O jornal Gazeta do Povo, edição de 22 de março/09, informou que o desaquecimento da economia reduziu a arrecadação e os repasses da União para o Governo Estadual nos primeiros dois meses do ano. A receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ficou 10% abaixo da expectativa, indicando que a redução da atividade econômica está mais forte do que se esperava e que pode forçar a revisão da execução orçamentária para 2009, com corte de gastos e redução do ritmo de execução dos investimentos.

Segundo o secretário da Fazenda Heron Arzua, se mantida a tendência de queda da arrecadação, haverá a necessidade de fazer mudanças no orçamento e ficará muito difícil negociar, por exemplo, reajuste real de salário para os servidores estaduais. “A folha de pagamento [que consome R\$ 600 milhões por mês] está no limite”, diz. Por ora, o secretário Arzua não conseguiu bloquear a

reposição das perdas do ano passado e o Governo acaba de anunciar que concederá 6% de reposição. Só resta saber quando.

Neste cenário, os Sindicatos mistos e de funcionários já estão levantando a tese da “reposição salarial” e tentando reerguer o Fórum dos Servidores Públicos junto com os outros setores do funcionalismo. A unificação do movimento das universidades, entretanto, é dificultada pela divisão hoje existente no Comitê Estadual que, fazendo o jogo do Governo, naufragou na “negociação” em separado das pautas de professores por um lado e servidores técnico-administrativos por outro.

O fato é que a última “reposição” de salários dos professores sob a forma de alteração do PCCS foi uma concessão do Governo no momento que este achou oportuno. Teve, entretanto, a colaboração do Comitê Estadual para apresentá-lo como sendo o consenso a que se chegou com os representantes dos professores. Para conseguir arrancar a reposição das perdas salariais sem depender da boa disposição ou do proselitismo do governador é necessário conseguir a unificação do funcionalismo das universidades sobre bases diferentes das que até agora tem sido defendidas pelo Comitê Estadual. Durante os últimos mandatos deste Governo, as universidades perderam muito de sua minguada autonomia. Por isso, na pauta do movimento será inevitável a incorporação de outros temas além dos salários.

A disputa na UEL será pela Reitoria

Em nossa universidade, no ano de 2009 se inicia a campanha pela Reitoria. Algumas candidaturas já se movimentam, inclusive às da atual administração. Observamos que

certos pró-reitores se aprontam nesse sentido. A ressurreição do plano de segurança (construção dos pilares “ecologicamente corretos”) tem o objetivo de dar viabilidade à administração, assim como o alarde contra os estudantes de medicina e a demonização dos trotes ocorridos no começo do ano. Por outro lado, a Reitoria deverá colocar, mais uma vez, a proposta de acabar com a paridade na consulta para escolha do reitor.

Aproveitando as férias e o aval do Conselho Universitário, que o inocentou das denúncias nas sindicâncias, a reitoria retomou a iniciativa depois de ficar imobilizado durante alguns meses do ano passado. Mas o passivo de rejeição que acumulou durante esses anos de gestão pesam contra ele. A escolha de professores não-alinhados à atual gestão para representar as categorias docentes no Conselho Universitário indica que terão muita dificuldade para continuar no comando da Universidade no próximo mandato.

As diretorias da ADUEL e do Sindiprol defendem que a disputa eleitoral não abafe o necessário debate interno pela democratização da universidade, pois, o que caracterizou o funcionamento institucional durante a atual gestão foi a concentração do poder de deliberação nas mãos da reitoria, e a diluição do papel dos Conselhos Superiores, que muitas vezes se limitaram a referendar as decisões tomadas pela alta cúpula. De nada adiantará trocar o grupo que dirige a Universidade se os órgãos colegiados não assumirem seu papel de deliberação e debate democrático entre todos os setores. A gestão da UEL não deve subordinar-se à orientação de um grupo exclusivo, que, aliado ao Governo do Estado, se coloque contra os interesses da comunidade universitária.

Evaristo E. Colmán Duarte é diretor do Sindiprol e professor do Departamento de Serviço Social da UEL.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nova diretoria bota a casa em ordem

No ato da posse da atual diretoria do Sindiprol, realizada no dia 5 de dezembro do ano passado, o contador responsável relatou aos presentes à cerimônia a situação financeira da entidade, através do balancete com as operações realizadas até o dia 30 de novembro de 2008 (veja nesta página). Na ocasião, o saldo da conta do Sindiprol na Caixa Econômica Federal era de R\$ 32.453,95.

As contas foram aprovadas, porém com duas ressalvas:
a) falta de comprovação de uma despesa efetuada; e
b) inexistência de um Fundo de

| ANO | DÉFICIT | SUPERÁVIT |
|----------|-----------|------------|
| 2004 | | 114.182,61 |
| 2005 | | 539,78 |
| 2006 | 12.796,31 | |
| 2007 | 42.324,35 | |
| 2008 (*) | 873,08 | |

(*) Até 30 de novembro de 2008. **Fonte:** análise retrospectiva contábil dos anos 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Greve originário da participação do Sindiprol nas ações dos precatórios, cuja definição se deu em assembleia da categoria.

Analisando os números da contabilidade observa-se que nos três dos últimos cinco anos gastou-se mais do que se

arrecadou (veja nas tabelas). Dentre os principais gastos do período destacamos os efetuados com pessoal; viagens; divulgações/publicações; água/energia elétrica/telefone e combustíveis/lubrificantes.

| ANO | PESSOAL (R\$) | VIAGENS (R\$) | DIVULGAÇÕES/ PUBLICAÇÕES (R\$) | ÁGUA/E.ELÉTRICA/ TELEFONE (R\$) | COMBUSTÍVEIS/ LUBRIFICANTES (R\$) |
|---------|---------------|---------------|-----------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|
| 2004 | 61.002,91 | 20.320,60 | 54.918,37 | 17.569,71 | 6.237,46 |
| 2005 | 81.805,51 | 38.357,86 | 43.092,92 | 18.894,29 | 8.873,28 |
| 2006 | 80.516,93 | 18.664,69 | 18.962,52 | 17.120,23 | 6.197,67 |
| 2007 | 69.857,11 | 25.619,50 | 11.344,90 | 16.243,06 | 6.226,66 |
| 2008(*) | 40.368,01 | 25.182,31 | 10.016,53 | 14.094,79 | 3.303,67 |

(*) Até 30 de novembro de 2008.

Fonte: análise retrospectiva contábil dos anos 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Nova diretoria toma medidas para reduzir despesas

O secretário de Finanças do Sindiprol, Airton Nozawa, afirma que a nova diretoria tomou medidas necessárias para garantir o equilíbrio financeiro do Sindiprol, mas sem provocar qualquer prejuízo nas ações que envolvam uma atuação combativa da entidade. Dentre elas destacam as seguintes:

- redução de R\$100,00 para R\$50,00 as diárias para viagens. Este valor é utilizado para alimentação e pequenas despesas, relativas a um dia. A diretoria entende ser este novo valor suficiente para tal finalidade, pois as despesas de hospedagem e passagens são custeadas à parte.

- limitação da diária de hospedagem em R\$ 70,00.

- definição de critérios para viagens. As viagens dos representantes do Sindiprol serão realizadas apenas com

necessidade comprovada e após a aprovação da diretoria. Para viagens de dois ou mais representantes da entidade serão priorizadas as feitas por meio rodoviário, com utilização do automóvel da entidade. As viagens aéreas poderão ser realizadas individualmente, apenas para assuntos de urgência, ou em eventuais promoções comerciais que justifiquem financeiramente o seu uso. As viagens a outros Estados ficarão também sob decisão da diretoria, utilizando-se sempre como critério básico necessidade e custos.

Segundo Airton, estas medidas já começaram a surtir efeitos. "Em 30 de março deste ano o saldo bancário do Sindiprol era de R\$ 60.309,95, bem superior aos cerca de R\$ 32 mi que foram deixados pela gestão anterior", compara o secretário de Finanças.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE LONDRINA CNPJ: 77.451.052/0001-09 - INSC. ESTADUAL: ISENTO BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30/11/2008 (em reais R\$)

| ATIVO | | | DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO EM 30/11/2008 (em reais R\$) | | |
|----------------------------|-----------|-------------------|---|------------------------------|---------------|
| Circulante | | | (+) RECEITAS | | |
| Disponível | | | Mensalidades e contribuições | 131.397,17 | |
| Caixa | 1.442,43 | | Outras receitas | 515,32 | 131.912,49 |
| Bancos conta movimento | 20.528,94 | | | | |
| Bancos conta aplicações | 10.482,58 | 32.453,95 | (-) DESPESAS | | |
| Créditos e valores | | | Pessoal e encargos | 40.368,01 | |
| Adiantamentos | 172,00 | | Materiais e serviços | 47.590,67 | |
| Créditos | 178,58 | 350,58 | Impostos e taxas | 880,32 | |
| Permanente | | | Representação e serviços | 44.715,88 | |
| Imobilizado | | | Resultado financeiro | -769,31 | 132.785,57 |
| Bens em operação | | 331.058,07 | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 363.862,60 | (=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO | | 873,08 |
| PASSIVO | | | Londrina, 30 de novembro de 2008. | | |
| Circulante | | | Maria Inez Almeida | Oswaldo Alves de Lima | |
| Obrigações a pagar | | | Presidente | Contador | |
| Fornecedores mat. Serviços | 1.998,43 | | CPF: 532.313.929-34 | CRC-PR: 021.150/0-5 | |
| Obrigações c/ pessoal | 2.613,17 | | | | |
| Obrigações sociais | 917,38 | | | | |
| Obrigações fiscais | 110,52 | | | | |
| Obrigações com associados | 13.168,66 | | | | |
| Outras obrigações | 2.676,74 | 21.484,90 | | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| Patrimônio social | | | | | |
| Superávit acumulado | | 342.377,70 | | | |
| TOTAL DO PASSIVO | | 363.862,60 | | | |

NOVA DIRETORIA



A nova diretoria tomou posse em dezembro de 2008

Posse reúne autoridades, sindicalistas e a comunidade acadêmica

A nova diretoria do Sindiprol tomou posse em cerimônia realizada no dia 5 de dezembro do ano passado, que contou com a participação de autoridades, sindicalistas, representantes da Reitoria de diretorias de Centros da UEL. Entre os presentes destacaram-se o ex-presidente do Sindicato, Alcides Carvalho e o então candidato e hoje prefeito eleito de Londrina, o deputado federal Homero Barbosa Neto (PDT).

Na ocasião, a presidente da gestão anterior, Maria Inez

Almeida, fez um relato sobre a sua atuação e passou o comando do Sindicato ao professor Sinival Pitaguari. Sinival, eleito para a Presidência do Sindiprol pela Chapa "Unifica a Ação", Destacou as prioridades de atuação da nova diretoria, ressaltando a importância da unificação entre o Sindiprol e a ADUEL para fortalecer a entidade e as lutas dos professores.

Após as formalidades da posse houve uma confraternização entre os integrantes da nova diretoria, sindicalistas e demais participantes da cerimônia.



Sinival toma posse na Presidência do Sindiprol



Representantes da Reitoria, de Centros de Estudos e sindicalistas participaram da cerimônia...



Alcides Carvalho (à dir.), ex-presidente do Sindiprol, prestigiou a posse da nova diretoria



... e da confraternização que celebrou o início da nova gestão no Sindiprol